



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## **A POLÍTICA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL: ENTRE LIMITES E DESAFIOS DA DEMOCRACIA**

**Priscila Tamara Menezes Dias**

Mestranda em Planejamento do Desenvolvimento-NAEA /UFPA

Priscila.tamara@gmail.com

**Adriana de Azevedo Mathis**

Doutora, professora pesquisadora-NAEA/ICSA/ UFPA

drika.azevedo@hotmail.com

### **CONCEPÇÃO DE ESTADO NA TRADIÇÃO MARXISTA: NOTAS PRELIMINARES**

Nesse artigo, parte-se de um referencial crítico de análise baseado em autores da tradição marxista que compreende a política pública como desdobramento da relação Estado e sociedade. Desse modo, faz-se necessário pautar ainda que de forma breve, uma discussão sobre a concepção de Estado a partir dos clássicos da tradição marxista.

Importa sinalizar que não se refere apenas a concepção de Estado “restrito” ou “comitê organizativo da burguesia”, como defendia Marx no Manifesto do Partido Comunista, de acordo com Coutinho (1985) a ampliação do conceito marxista de Estado apesar de das indicações de Engels na maturidade, dos austromarxistas e dos trabalhos de Rosa de Luxemburg, foi em Gramsci que essa ampliação ocorreu de forma sistemática e dialética. Gramsci não eliminou o elemento fundamental da teoria restrita, conservou o caráter de classe e o momento repressivo do poder do Estado e avançou nas novas determinações, ao defender duas esferas de existência no âmbito da superestrutura. A primeira, diz respeito a sociedade política, que, já havia sido identificada por Marx e Engels como o conjunto de aparelhos coercitivos utilizados pela classe dominante para exercer o monopólio legal expressos nos grupos burocráticos ligados as forças armadas e policiais e à aplicação das leis.

A segunda determinação se refere à esfera da sociedade civil. Para Marx e Engels, essa esfera, significava a base das relações econômicas capitalistas, concernente a infraestrutura. Contrariamente, Gramsci denominou a esfera da sociedade civil como o momento da superestrutura ou das instituições que fazem a mediação entre a infraestrutura e o Estado no sentido mais restrito. Desse modo, essas organizações colaboram na elaboração e difusão dos valores e ideologias presentes: na escola, na



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

igreja, nos partidos políticos, nos sindicatos, nas organizações profissionais, nos meios de comunicação e nas instituições científicas.

Em suma, o que se apreende da teoria de Estado Marxista, como diz Coutinho (1997), é que os novos fenômenos que surgem no mundo capitalista ocidental tanto em termos econômicos quanto políticos provocaram a mudança da natureza do próprio Estado que assumiu novas características para atender a pressão das lutas dos trabalhadores e a demanda por direitos sociais e de cidadania, materializadas em políticas públicas.

Essa concepção ampliada do Estado possibilitou o alcance da democracia e nas palavras de Coutinho (1997) é sinônimo de soberania popular, e, também ainda no entendimento do autor, a melhor tentativa, que surge na modernidade, de superação da alienação política. Segundo o autor, esse conceito expressa muito bem a reapropriação dos bens pelo conjunto dos cidadãos e à capacidade conquistada pelos indivíduos para obterem historicamente a sua soberania popular.

Desse modo, através das lutas políticas, principalmente da classe trabalhadora, a conquista de um direito torna-se irreversível, o que não impede que, numa determinada situação de correlação de forças, a burguesia e o Estado utilizem-se das próprias políticas sociais para desmobilizar e cooptar as forças operárias, como ocorre no neoliberalismo, adotado pela maioria dos países capitalistas, ao requerer o fim dos direitos sociais para promover a regulação do mercado como fundamento essencial para se obter lucros.

Como assevera Coutinho (1997), a lógica capitalista entra em choque com a garantia dos direitos sociais ou com a própria ampliação da cidadania ou democracia, porém não há nada de fatalismo nesta contradição, o que ocorre é um processo de avanços e recuos sob a resistência e concessões do sistema capitalista, representado pelos Estados.

A natureza do Estado sofreu modificações e assumiu novas características diante dos movimentos e pressões sociais, ocorrendo assim a “socialização política” e por consequência a ampliação do próprio Estado, da cidadania e da democracia.

## **DESENVOLVIMENTO E COMPLEXIFICAÇÃO DO ESTADO NA REALIDADE BRASILEIRA**



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Apesar dos avanços registrados, na realidade brasileira, observa-se ainda a existência das novas formas de trabalho escravo que coloca em evidência o problema da ausência de direitos, portanto, da construção da cidadania e da democracia.

Nesse sentido, importa ressaltar que as novas formas de escravidão são diferentes daquela escravidão legal, existente na velha ordem social brasileira, patriarcal sem nenhuma coesão social, com a relação entre o Estado e a sociedade civil, no conceito Gramsciano, estritamente “oriental”<sup>1</sup>, nesse sentido, foi preciso retomar as peculiaridades do Estado e da sociedade brasileira desde o período colonial para compreender o que mudou com a “ocidentalização”<sup>2</sup> do Estado brasileiro, para tentar explicar que apesar das características próprias das novas formas de escravidão possuir diferenças, carrega conteúdos semelhantes e enraizados aos da escravidão colonial.

A escravidão colonial foi um dos motivos, na velha ordem colonial, que redundou em consequências morais, sociais e políticas, que impactou na formação do caráter nacional brasileiro e continua vinculada aos problemas e à identidade política do presente. Também, ao se referir à escravidão colonial, refere-se à sociedade civil brasileira amorfa com um Estado fortemente estabelecido com o seu aparelho burocrático.

Destarte Holanda (2010) e Caio Prado (2008) entenderam a formação da sociedade Brasileira arraigada ao sistema escravocrata, e que o novo surge em conciliação com o velho. Na mesma linha de raciocínio Fernandes (2009), ressalta que embora a escravidão e a economia exportadora tenham preparado caminho para a revolução sócio-econômica e política, inseriu o Brasil de forma marginal no processo capitalista de reprodução ampliada do capital.

Desse modo, Fernandes (2009) explicita a “via não-clássica” de transição para o capitalismo que levou o Brasil à subordinação, dependência externa e ao imperialismo. Repetindo o autor: os móveis capitalistas do comportamento econômico surgem com a colonização, na forma de apropriação colonial através de terras, trabalho escravo e trabalho livre obtendo-se os custos mais baixos e alta concentração da renda. Por esta

---

<sup>1</sup> Como diz COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre o seu pensamento político, Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003. As sociedades do tipo oriental foram definidas por Gramsci como aquelas nas quais as tradições de democracia política e de organização popular eram fracas ou inexistentes por conta do fortalecimento estrito da sociedade política, neste caso Gramsci identificou a Rússia como sendo do tipo oriental.

<sup>2</sup> *Ibid. idem*. As sociedades do tipo ocidental foram definidas por Gramsci como aquelas nas quais existiam o equilíbrio entre a sociedade civil e a sociedade política por conta do aumento da socialização política tais como a Hungria, Alemanha e Itália.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

razão, que se pode compreender como o capitalismo foi formado no Brasil. Mesmos os móveis capitalistas tendo sido ligados a produção da empresa exportadora só se expandiram com o rompimento da estrutura colonial da qual dependiam e com a formação do Estado nacional o país pode assim nas palavras de Fernandes, entrar na “era da sociedade nacional” (2009, p.49)

No Brasil, o Estado que emerge da sociedade colonial é um Estado burguês, restrito, que findou por estabelecer o poder das elites e, a serviço desta, contribuiu para que fossem mantidas as velhas estruturas sem que houvesse a participação das massas populares. Portanto, a democracia adotada nos termos do liberalismo, de igualdade e liberdade só serviu no direcionamento da organização da economia e da sociedade a serviço dos interesses das elites, impedindo o desenvolvimento de uma verdadeira sociedade civil nos termos Gramsciano.

Nem a abolição nem a proclamação da república, impediram que o bloco de poder que comandasse a primeira república fosse tão oligárquico quanto da época imperial. Por esta razão, ainda que o Estado tivesse abolido a escravidão no Brasil, pretendendo assegurar o direito a todos, a sociedade conservou fortes traços escravistas, de modo que o trabalho livre surge com características bem semelhantes à escravidão colonial e quando se consolida o capitalismo, este sistema vai se utilizar da mão-de-obra da maneira mais espoliativa e degradante, porque a mentalidade do capitalista e da elite brasileira nasce arraigada a um pensamento bem ao estilo da sociedade escravocrata. Essas são as bases do trabalho escravo contemporâneo.

Quando se deu a ampliação do Estado brasileiro, a resposta da burguesia diante da ampliação da socialização política, principalmente a partir de 1920, foi a reação das classes dominantes através de outra revolução passiva a “revolução de 30” que obstruiu a marcha “ocidentalizante” que se processava na década anterior. Os setores modernos da oligarquia alcançaram a posição hegemônica de poder reforçando a modernização capitalista no Brasil o que provocou sérias consequências da relação entre o capital e o trabalho.

Apesar da complexificação do Estado brasileiro, que passou a desempenhar funções cada vez mais complexas em relação a economia, essa participação crescente esteve associada estritamente à formação do Estado burguês, o poder público foi reformulado para proteger e incentivar as atividades econômicas.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Essa é, provavelmente, uma das razões por que, a política trabalhista adotada no governo Vargas, não passou de garantias aparentes, porque, na realidade, as políticas promovidas pelo Estado, naquele período, só produziam efeitos em direção aos interesses dos grupos econômicos e políticos.

Desse modo, as massas, bem como os trabalhadores, permaneceram distantes do poder e o Estado e não foram capazes de modificar o que já havia sido estabelecido: o surgimento de um tipo de exploração do trabalho, no meio rural brasileiro, que carrega resquícios da escravidão colonial e que está ligado a forma como o Estado foi estabelecendo pactos em relação às elites em busca do desenvolvimento econômico.

Na sequência, nas décadas de 1940 e 1950 a sociedade brasileira encontrava-se já diversificada e o capitalismo já havia atingido a sua fase industrial no período anterior. Desta forma, o Estado brasileiro passou a assumir funções econômicas mais complexas diante dos novos interesses econômicos, políticos e sociais bem como em relação às crises econômicas e trabalhistas, no pós-guerra, que iam se processando num cenário de democracia representativa. Apesar da ampliação e sistematização das leis trabalhistas, a política salarial neste período foi estruturante e, percebe-se que o Estado priorizou a aliança com a iniciativa privada.

No entendimento de Coutinho (2003), a partir de 1945, com a queda da ditadura e o retorno a democracia o país engendrou de fato no processo da “ocidentalização”, para ele, a volta do Partido Comunista do Brasil à legalidade é a prova disto, além do nascimento de outros partidos e sindicatos que se tornaram mais ativos influenciando a vida econômica e política do país, mesmo que de certa forma estivessem ainda cooptados pela estrutura corporativista.

A partir dessa ampliação, o Estado reformulou a sua estrutura, convertendo o poder político ditatorial em democracia representativa. Para a reconversão política do país, como afirma, Ianni (2009) o que estava em jogo na redemocratização do país era tanto interesses conservadores quanto os interesses econômicos e políticos estrangeiros, principalmente dos norte-americanos. Desse modo, a mudança que deveria ser feita em termos do regime político, era no sentido de fortalecimento da política econômica estatizante e de emancipação nacional.

O aumento da socialização política não estava isento de ambigüidades. Identifica-se que a partir desse período, os velhos dilemas da economia brasileira como inflação,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

desequilíbrio da balança de pagamentos, importação de máquinas e equipamentos e a produção interna recolocaram a importância da atuação do poder público de forma ampla no sistema econômico. Ainda pode-se argumentar que embora o governo tenha abandonado as diretrizes com inspiração na doutrina liberal, a intervenção do Estado tinha apenas a finalidade de resolver os problemas econômicos e financeiros mais urgentes.

Mesmo que as reivindicações dos trabalhadores, por melhores salários, fossem cada vez mais frequentes, as elevações dos preços, levaram a queda incessante dos salários reais. Até o presente momento, busca-se evidenciar a relação entre a permanência das desigualdades brasileiras, na atualidade, pautadas na relação capital e trabalho e as contradições do passado, descritas pelos autores clássicos da formação sócio-econômica e política do Brasil.

Nesse contexto, a partir de 1954 as contradições políticas e econômicas tornam-se mais explícitas aprofundando ainda mais as contradições de classes, chegando a uma luta de classes aberta e violenta. De acordo com Ianni (2009), a sociedade brasileira viveu o momento de pré-revolução e as classes sociais estavam bem delineadas: de um lado, a burguesia industrial favorecida com a industrialização e, de outro, a classe proletária bem mais politizada e com ganho de força política no cenário político nacional, nomeio termo, encontra-se a classe média, embora heterogênea e não tão politizada, temia a proletarização.

No que concerne as novas formas de escravidão contemporânea, apesar de todos os avanços na socialização política das massas e o aumento das demandas da sociedade civil pelo reconhecimento deste tipo de exploração, o Estado não assumiu abertamente esta prática, o que levou, segundo Esterici (1994), a um repasse de responsabilizações no interior do próprio Estado.

Mesmo após a ditadura, a sociedade civil continuou se ampliando e a partir de 1970 as denúncias sobre as novas formas de trabalho escravo contemporâneo vêm à tona e se torna um elemento de pressão da agenda de políticas públicas do Estado.

Importa registrar que a ditadura levou a uma nova fase do processo de produção e concentração de capital estabelecendo uma aliança entre o Estado e a empresa privada, por consequência, estabeleceu uma política trabalhista no sentido de recompor as relações entre as classes através dos interesses da classe empresarial, contudo, a



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

ampliação da sociedade civil foi ainda maior. Diante do que foi dito, objetiva-se entender o porquê mesmo tendo ampliado as denúncias sobre o trabalho escravo contemporâneo, ainda na década de 1980, estas práticas não foram reconhecidas pelo Estado brasileiro.

## **A POLÍTICA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO ENTRE OS LIMITES E DESAFIOS DA DEMOCRACIA**

Ao retomar as peculiaridades da formação socioeconômica e política do Brasil, percebe-se que o sucesso econômico obtido no regime ditatorial e os pactos estabelecidos com as elites oligárquicas, impossibilitaram a criação da democracia. Portanto, a intervenção do Estado, em relação às novas formas de trabalho escravo contemporâneo, nas décadas de 1980 e 1990, não passou de atuação pontual.

Como base nas considerações de Coutinho (2003), pode-se afirmar que a ditadura promoveu um desenvolvimento das forças produtivas, de maneira fantástica, baseada na “revolução passiva” que levou o país a alcançar a fase do capitalismo monopolista, isto tudo na racionalidade da modernização conservadora. Esta racionalidade, embora tenha levado o país ao aprofundamento da dependência, ao imperialismo e as disparidades regionais e a concentração da propriedade e da renda também contribuíram para consolidar os pressupostos objetivos da “ocidentalização brasileira”, no sentido da ampliação e da socialização da política.

De acordo com o balanço, da inauguração dos governos democráticos, trazido por O'Donnell (1988), os obstáculos para este caminho eram variados. Primeiro, a sensação era de que as forças democráticas pareciam ter sido esgotadas, pois os novos governos apenas cuidavam dos problemas nacionais mais urgentes gerados nos governos anteriores, como a concentração e internacionalização dos capitais nacionais e internacionais e a retomada do crescimento, expressos nas políticas econômicas até o período de Figueiredo. Segundo, porque as democracias estabelecidas na América Latina foram fracas e incompletas, o que tornava iminente o risco de se ter uma regressão autoritária, no Brasil, como o regime ditatorial foi do tipo que obteve o sucesso econômico com uma repressão fraca, a consequência dessa ditadura menos “maciça, contínua e sistemática” (O'DONELL, 1988, p.51), foi que o regime não impactou na segurança pessoal dos empresários e dos setores médios, por conta do



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

milagroso crescimento econômico. Sendo assim, estas peculiaridades permitem inferir características distintas da democracia construída aqui.

A partir das considerações de O'donell, observa-se que essas continuidades produziram um aspecto determinante na realidade brasileira. Desse modo, cria-se um sistema político contraditório com a consolidação de um estado de direito e de cidadania. E, o auto grau de continuidade, fez prevalecer no Brasil, uma república oligárquica com fortes componentes patrimonialistas, clientelistas, personalistas e prebendalistas tanto no estilo político quanto na forma de governar, representando assim o grande obstáculo à construção efetiva da cidadania e, portanto, da democracia. Fazendo um gancho para o presente, nesta república o que muda são apenas as nomenclaturas da oligarquia.

Em entrevista à Revista Caros amigos, Comparatto (2010), o jurista, professor da Faculdade de São Paulo da USP, reconhecido pela longa militância na luta pelos direitos humanos e democráticos no Brasil, afirma que se há uma constante na história brasileira, diz respeito a questão oligárquica. No Brasil, sempre existiu uma minoria de ricos que controlam o poder e segundo o autor, coexistem duas políticas: uma de aparência sempre civilizada; e, outra, “com a face interna cruel”.

Destarte, os resquícios do regime escravista determinaram e ainda determinam a mentalidade coletiva e a vida política na duplicidade do caráter, que se posiciona entre a cordialidade e a natureza grosseira e egoísta. Desse modo, pode-se afirmar que as especificidades da história brasileira, tratadas por Buarque, Caio Prado e Fernandes, marcam no momento atual a permanência de um estilo de política que agudiza as desigualdades no país.

Na realidade, retomando as idéias de Comparatto (2010), nunca foi dado o poder ao povo e sim apenas aparência de poder. E, sim uma aparência de poder com todos os artifícios e, se possível, de modo festivo para que se crie uma sensação de que o povo detém a direção. Nesse sentido, o populismo foi o principal mecanismo mais eficiente, criado no decorrer da história brasileira, pela oligarquia que ele chamou de “homens da riqueza” (COMPARATO, 2010, p.14), Na atualidade, a oligarquia é formada também pelos grandes proprietários rurais, os grandes latifundiários, banqueiros, empresários que se apropriam dos meios de comunicação de massa para manter o povo sempre excluído do poder.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Na mesma entrevista, Comparato (2010) afirma que o chefe de Estado é o principal responsável pela garantia desta hegemonia e que nenhuma modificação na estrutura socioeconômica pode ser feita que não se ponha em risco a continuidade do poder oligárquico.

Tal fato, assinalado pelo autor, reflete na política de combate ao trabalho escravo no Brasil, onde o trabalhador, vítima da exploração por dívida, está inserido neste contexto de menoridade e infantilização. Sendo assim, o trabalhador sob as novas formas de trabalho escravo não possuem garantias de direitos civis, políticos e sociais, não possuem liberdade, não há sindicalização e nenhum direito trabalhista. Este tipo de trabalho ultrapassa a ilegalidade e chega à criminalidade. Desse modo, existe uma política de combate ao trabalho escravo que reforça a vitimização e a dominação paternalista. Não se tem mecanismos capazes, de inserir estes trabalhadores no mercado de trabalho e criar condições para a sua autonomia. Também, essa política, colabora para que o mesmo seja apresentado como reincidente nas operações de fiscalização.

Vale ressaltar que, a partir da década de 1990, como diz Comparato (2010), que apesar de todo o reconhecimento dos tratados e convenções internacionais, o Estado apresenta-se, no plano internacional de forma dissimulada, com uma política externa de aparência que oculta a crueldade do sistema através de uma existência aparente de civilização e democracia. Ainda segundo o autor, o Brasil aparece no cenário internacional sempre como defensor obstinado das liberdades democráticas, da dignidade da pessoa humana, requerendo até algum dia fazer parte como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU.

Contudo, a sociedade civil passou a cobrar do Estado, diante dessa cobrança, tanto da sociedade quanto da imprensa, por medidas de maior eficácia e mais agilidade, só em 1995, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso foi assumida formalmente a existência do “trabalho escravo” no país, que juntamente com os interesses de funcionários públicos sensibilizados pelo problema propiciam a criação de um órgão subordinado à câmara de políticas sociais do conselho de governo, integrada por representantes de cinco ministérios.

No entanto, no governo do Fernando Henrique Cardoso, não se fez nada que alterasse o código penal no seu artigo 149 o qual tipifica a condição análoga à escravidão ou processual penal (que remonta a 1940), para que se modificasse a situação das



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

condenações o que só veio ocorrer, no ano de 2003, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o que revela que a prioridade do governo não são os trabalhadores.

Segundo Comparato (2010) na história brasileira, a presidência da república nunca representou ameaça para as oligarquias, pois em nenhum momento buscou-se um processo de transformação profunda das estruturas socioeconômicas que pusessem em risco a dominação do poder oligárquico.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o governo de Lula se insere neste continuísmo de não representar nenhum perigo para a oligarquia. Como diz Comparato (2010, p.15), “Lula é o maior talento populista da história do Brasil”, mais do que a referência que foi Getúlio Vargas. Ao contrário de Getúlio, que se auto declarava autoritário, Lula afirma que tem horror à coação, à violência e a Getúlio, Lula é um legítimo populista conservador, com todo o carisma inato que possui, ele é capaz de agradar o povo ao passo que mantém o acordo permanente com a oligarquia, cria uma situação de bem estar nas massas para mantê-las sem nenhuma autonomia.

Diante do que foi visto anteriormente, pode-se entender porque se criou dois planos nacionais para erradicação do trabalho escravo em oito anos de governo e porque persiste o número de resgatados e reincididos nestas condições de trabalho.

Embora o I Plano de Erradicação do Trabalho Escravo tenha representado um marco referencial nas políticas de combate ao trabalho escravo contemporâneo, principalmente em relação ao governo anterior de Fernando Henrique Cardoso, a falta da inter-relação entre os poderes que de fato se relacionam com as garantias dos direitos sociais, tem sido um dos entraves para o êxito das políticas de combate ao trabalho escravo no Brasil.

Em Setembro de 2008, foi elaborado o II Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, com mais 66 metas, como afirma Figueira (2009), apesar de muitos avanços nas políticas de combate ao trabalho escravo e com todas as medidas positivas implementadas, questiona-se o pôr que da criação de um segundo Plano Nacional para a erradicação do trabalho escravo e o pôr que desse mesmo plano não se mostrar capaz de fazer valer os direitos dos trabalhadores que com o passar do tempo vem a reincidir.

## **DIVERGÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS ENTRE OS EXECUTORES DA POLÍTICA**



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Ao analisar as entrevistas com todos os executores da política representados no Estado do Pará, observa-se na execução da mesma, que os executores, em sua maioria, concebem a política como se a mesma estivesse restrita as ações de enfretamento e repressão ligadas às operações de fiscalização. Também, observa-se que entre os executores da política, prevalece um discurso em torno de determinadas questões, a saber: questões ideológicas, referente à concepção do objeto da política, qual seja o trabalhador sob condições de trabalho escravo contemporâneo; a questão dos recursos humanos e financeiros; questões da “cultura” e peculiaridades da região Amazônica.

Vale ressaltar que, as falas dos executores da política, apresentam divergências e convergências com relação as ações de enfretamento ao trabalho escravo que, são reflexos das ambiguidades e ambivalências do próprio Estado brasileiro, que através da política pública pretende mediar interesses de classes que são “inconciliáveis”.

Importa sinalizar que mesmo com as ambigüidades e ambivalências do Estado ao operacionalizar a política, ao mesmo tempo em que autoriza milhões para o programa de erradicação do Trabalho Escravo, não possibilita que os “círculos” de reincidência sejam reduzidos, registra-se, particularmente, problemas nas operações de fiscalização, o que não garante autonomia para que o trabalhador sob condições de escravidão alcancem a sua emancipação e cidadania. Como diz Poulantzas (1983), o Estado organiza a burocracia, mas esta torna as políticas inoperantes, porque a atuação da burocracia reflete as contradições do próprio Estado, o problema não é a ausência de recursos financeiros ou humanos, mas como o Estado a operacionaliza.

Importa sinalizar que as divergências e convergências entre os executores, em relação à ausência de recursos financeiros e recursos humanos, demonstradas nas entrevistas, traduzem a debilidade da política e, os problemas da ausência recursos financeiros e humanos, recaem nas fiscalizações e no critério das escolhas pautadas na subjetividade do Estado, como assevera Poulantzas (1984), a política é uma orientação ideológica do Estado. E, o Estado sempre busca mecanismos de legitimação e consenso para manter as classes dominadas, porque os interesses políticos das classes hegemônicas se relacionam com o Estado capitalista ao expressar a representatividade do interesse da própria nação.

A atuação do Estado, não se utiliza apenas de repressão e ideologia para obter o consenso das classes dominadas e a escolha das fiscalizações, demonstra abertamente as



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

táticas de reprodução do poder do Estado. E, revelar as táticas, segundo Poulantzas (1984), faz parte das disposições do próprio Estado. Não se trata de uma novidade o fato das estratégias políticas aparecerem materializadas em uma política social.

Até aqui, observa-se com relação às divergências entre os executores da política: de um lado, determinados executores, entendem que a ausência de recursos financeiros reduz a eficácia da política; de outro lado, alguns executores vão enfatizar a escassez de recursos humanos como fator limitante da política.

Na realidade, tanto a falta de recursos financeiros e humanos quanto o critério da subjetividade de escolha dos técnicos do governo, revelam as limitações da política como a redução das operações, observa-se, que os executores convergem na inoperância da política. No entanto, a política não está restrita a estas questões, como muitos executores querem focar, a existência de uma orientação política ideológica do Estado deve ser observada, fato que foi tratado apenas pela Sociedade Civil.

Ainda, outros pontos de convergência e divergências foram tratados nas falas dos executores, principalmente no que se refere ao objeto da política, os trabalhadores sob condição de trabalho escravo contemporâneo, definido no artigo 149 do Código Penal Brasileiro, e traduzem os interesses inconciliáveis como diz Lênin (1987), existem questões que são inconciliáveis porque envolvem interesses contraditórios, o Estado, portanto, surge onde as forças opostas de classes não se coadunam, porque para Lênin não existiria o Estado se fosse possível essa conciliação

Nesse sentido, pode-se afirmar que não há neutralidade alguma na execução da política de combate ao trabalho escravo no Brasil. Dessa forma, a política expressa sempre uma orientação ideológica diferenciada, os executores defendem posições de acordo com as perspectiva de classe que advogam. Os executores não possuem ao certo a conceituação legal do que seja trabalho escravo contemporâneo, possibilitando interpretações variadas da lei. Assim sendo, a política expressa sempre uma orientação ideológica diferenciada.

Tais divergências e convergências retratam as ambivalências e ambiguidades do Estado ao operacionalizar a Política, refletidas nos discursos de determinados executores da política que desvirtuam a questão real do problema da política: como por exemplo, a complexificação do Estado brasileiro e a consolidação de um capitalismo periférico que ao mesmo tempo, apresenta possibilidade de desenvolvimento e, também, acentua a



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

barbárie. Ademais, a democracia brasileira, que ainda mantém fortes laços com a oligarquia nacional e com os interesses do grande capital, limita a emancipação do trabalhador. Desse modo, as questões aparecem como disputas políticas ideológicas e não se chega a nenhum consenso em relação à execução da política.

Na verdade, as ambivalências e ambiguidades em relação à orientação do Estado na operacionalização da política, materializadas na falas convergentes e divergentes dos executores em torno de questões como: recurso, interpretação da lei, prevista no código penal brasileiro que tipifica o crime das novas formas de trabalho escravo contemporâneo, as peculiaridades e aspectos “culturais da região”, revelam a existência de projetos societários diferentes pautados na política, os executores advogam interesses que são inconciliáveis, o que constitui um limite ao funcionamento da política.

Nas falas da maioria dos executores da política, principalmente no nível repressivo do Estado, há uma despolitização dos discursos, com conteúdos moralistas e ideológicos que remete a culpabilização do trabalhador. Desse modo, o problema do trabalhador escravo aparece de uma forma individualizada, impregnado de conteúdos moralizantes que culpabiliza o trabalhador por não sair da situação na qual se encontram. E, o latifundiário apresenta-se com uma vítima do sistema e dos aspectos falseados de cultura, defendidos pelos executores da política que reforçam as condições da exploração do trabalhador em condição de trabalho escravo.

Ainda, entre determinados executores, prevalece outro discurso em relação às questões “culturais”, apresentadas como desculpas para a exploração do trabalho no meio rural brasileiro. Na argumentação de certos executores da política, também, identifica-se o problema do trabalho escravo contemporâneo vinculado ao desenvolvimento capitalista atrasado que aprofunda as desigualdades sociais no país. Desse modo, pode-se afirmar que apesar das convergências de certos executores em torno da inoperância da política, outros executores convergem quanto a possibilidade do funcionamento da mesma. Enquanto alguns executores reproduzem nas suas falas os retrocessos e recuos do próprio Estado brasileiro, outros executores sinalizam os avanços do Estado e a possibilidade de atender a pauta de reivindicação dos trabalhadores através da operacionalização da política de combate ao trabalho escravo no Brasil.

No que concerne ao cumprimento das metas propostas no II Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, muitas das metas estabelecidas são inatingíveis, no



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

sentido de que precisam da resolução de outras políticas para obter resultados satisfatórios, o que revela os limites e a debilidade das ações do Estado no combate à escravidão, o eixo principal da política está pautado nas ações de repressão e enfrentamento, que diz respeito às fiscalizações, questões como reinserção e prevenção, informação e capacitação não são priorizadas.

A partir das entrevistas, pode-se afirmar que, alguns executores, da política de combate ao Trabalho Escravo no Brasil, tem razão ao falar dos aspectos negativistas presentes na cultura paternalista e patrimonialista, principalmente, no que diz respeito ao reforço da vitimização do trabalhador enquanto responsável pela sua própria condição, por aceitar à dominação paternalista e infantilização do trabalhador no caso de reincidência. A legislação brasileira, com relação ao código penal artigo 149, também gera ambiguidades e ambivalências, reflexo de um Estado e uma sociedade ainda arraigados nos preceitos paternalistas e populistas, que por não ter alcançado uma democracia no sentido de soberania popular, reproduz as novas formas de trabalho escravo contemporâneo sujeitos a dominação cultural, por parte das oligarquias no poder eliminando assim, as possibilidades emancipadoras dos trabalhadores, que não encontram garantia de direitos humanos e sociais a partir da política existente.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na tecnocracia do Estado brasileiro, ainda permanece uma visão paternalista e patrimonialista com relação à compreensão das novas formas de trabalho escravo contemporâneo, o que leva as muitas divergências entre os executores na operacionalização da política, que vão desde a ineficácia dos recursos, passando pela interpretação da lei e da tipificação do crime e peculiaridades da região Amazônica até pelas determinações “culturais”. Na realidade, o problema está associado à forma como se objetiva a relação entre o Estado, a sociedade e a cultura que reforça as raízes de uma sociedade escravocrata e as condições de exploração do trabalho sob as novas formas de escravidão contemporânea.

Também, identifica-se no curso da pesquisa as ambigüidades e ambivalências do Estado brasileiro se traduzem nas convergências e divergências dos executores da política de combate ao trabalho escravo, em torno de questões pontuais como: ausência de recursos humanos e financeiros, definição do trabalho escravo na lei e os aspectos “culturais” da



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

região Amazônica, tais convergências e divergências representam projetos societários de classes diferenciados que portam como diz Lênin: “interesses inconciliáveis”.

Destarte, quase todos os executores da política de combate ao trabalho escravo, coincidem na visão das ações de repressão como a principal via da política. Na sua maioria, os executores visualizam a política através dos mecanismos de repressão ou punição, a partir de um projeto conservador. Diferentemente, a concepção de Estado, democrático e de direitos, que deveria investir na criação da política, no sentido de fortalecer um projeto emancipatório, no entanto, privilegia, na realidade, mecanismos de repressão ao invés da prevenção; manutenção e reinserção do trabalhador. A política reflete um Estado com pouca participação da sociedade civil da política, o que reforça a vitimização e a infantilização do trabalhador, com a argumentação que o trabalhador não é capaz de garantir a condição de homem livre e de cidadão. Apesar de todos os avanços da sociedade brasileira, a partir da compreensão do conceito de “ocidentalização” Gramsciano, em termos de elementos democráticos e projeto emancipatório da sociedade, evidencia-se que a política de combate ao trabalho escravo no Brasil, ainda apresenta fortes elementos de um projeto de sociedade conservador.

Nessa linha de raciocínio, observa-se que, os executores não tecem muitos comentários sobre a prevenção, manutenção e reinserção das vítimas das novas formas de trabalho escravo; e, tampouco sobre as políticas transversais que devem ser elencadas para que o combate ao trabalho escravo seja feito de forma eficiente, com mecanismos capazes de inseri-los no mercado de trabalho e garantir a sua autonomia. Esses limites na operacionalização da política refletem as ambigüidades e ambivalências do Estado brasileiro que através da política media interesses que são em grande parte, apresentados, como afirma Lênin “interesses inconciliáveis”. Tal fato demonstra uma incongruência de um Estado que ao mesmo tempo em que avança, também conserva, os resquícios da escravidão colonial.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COUTINHO, Carlos Nelson. **A dualidade de poderes**: introdução à teoria marxista de estado e revolução. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre o seu pensamento político, Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre cidadania e modernidade. Rio de Janeiro: **Praia Vermelha**: estudos de política e teoria social, v. 1 n. 1, 1997.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Intervenções**: o marxismo na batalha das idéias. São Paulo: Cortez, 2006.

ESTERCI, Neide. **Escravos da desigualdade**: um estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje. Rio de Janeiro: CEDI Koinomia, 1994.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. São Paulo: Globo, 2009.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **A escravidão contemporânea no Brasil**: de 1985 a 2009. Direitos humanos no Brasil 2009: Relatório da rede social de justiça e direitos humanos, São Paulo, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Schwarz, 2010.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

KARL, Marx, ENGEL, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Tradução de Sueli Tomaziani Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2001.

LÊNIN, V. I. **O Estado e a revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. São Paulo: Hucitec, 1987.

O'DONNELL, Guillermo (Org). **A democracia No Brasil dilemas e perspectivas**, São Paulo: vértice, 1988.

POULANTZAS, Nicos. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1984.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: brasiliense, 2008. Se há uma constante na história do Brasil, é o regime oligárquico. **Revista Caros amigos**, São Paulo: ano XIV, n.163, 2010.